

## Engajamento individual e histórias de vida no Núcleo Memória<sup>1</sup>

Danielle Parfentieff de Noronha<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca entender a importância da história de vida para a militância de alguns membros do Núcleo de Preservação da Memória Política. A partir de algumas premissas desenvolvidas pela teoria francesa dos movimentos sociais, busca-se transpor para a realidade do país, e traçar questões que os levaram a militar hoje para evidenciar fatos do passado. Outras teorias relacionadas aos estudos dos movimentos sociais também são lembradas no trabalho, assim como a importância da memória, entendida como um campo importante de identidade que está em constante disputa.

### Introdução

Faz mais de 25 anos que a ditadura militar, instaurada no Brasil entre 1964 e 1985, terminou e que o país iniciou sua caminhada para o tipo de governo que conhecemos hoje. Pensar em militância durante um regime ditatorial apresenta questões e situações muito diferentes das que temos nos movimentos atualmente, porém, muitos que militaram contra o governo autoritário, hoje continuam em luta. Os motivos que os levaram a se engajar em uma causa política nas décadas de 1960 e 1970 fazem parte de um contexto que gira em torno do momento em que viveram, das relações que mantinham e das possibilidades que tiveram.

Hoje, para muitos, a ditadura simplesmente acabou, mas para boa parte daqueles que militaram e tiveram suas memórias silenciadas, esquecidas e, em sua maioria, sem as devidas punições aos que os agrediram, ainda há muitas questões para se resolver referentes a esse período. Também não são apenas pessoas que sofreram diretamente a violência da ditadura que lutam contra ela atualmente. Há aqueles que nasceram depois do período, engajam-se pela causa, e lutam para evidenciar memórias diferentes daquelas mais conhecidas pela história dominante.

Dentro desta perspectiva, qual a importância das histórias de vida para o engajamento individual em uma luta por uma memória do passado? Busco responder a esta questão a partir da análise do Núcleo de Preservação da Memória Política (ou Núcleo Memória), que tem como objetivo promover políticas públicas e ações educativas relacionadas à memória política e à defesa dos direitos humanos.

A partir de entrevistas biográficas realizadas com cinco membros – três fundadores e duas participantes– do Núcleo Memória, buscou-se analisar os seus itinerários militantes e o que os levou ao engajamento, verificando o contexto político em que isso ocorreu, se houve influências externas e quais foram, quais foram suas relações pessoais, além de procurar entender todo o caminho percorrido para a criação do movimento.

Duas vertentes dominantes estudam os movimentos sociais com o objetivo de responder às questões que envolvem este universo, a norte-americana e a francesa. Apesar de haver levantamentos importantes em ambas as escolas, a presente pesquisa buscou trabalhar os seus questionamentos a partir das teorias e ideias apresentadas pelos autores franceses, principalmente no que diz respeito ao

engajamento individual, mas também utilizou algumas proposições dos autores norte-americanos. Como a realidade brasileira é diferente da encontrada na França, e falta literatura teórica sobre os movimentos sociais na América Latina, algumas questões foram analisadas de maneira mais independente, além de permitir a mescla das duas teorias, sem ter o objetivo de adaptar a teoria à realidade do objeto trabalhado.

## Engajamento individual e história de vida

Enquanto para alguns autores o engajamento individual passa apenas pelas intencionalidades do ator, outros acreditam que há influências externas, como o meio social ou sua trajetória familiar, que ajudam uma pessoa a decidir-se a militar por uma causa. Para Olivier Fillieule<sup>3</sup>, são diversas as questões que podem levar um indivíduo a se engajar, como por exemplo a identidade e a sua história de vida. Para ele, é importante entender a trajetória do grupo em que o indivíduo está inserido, além dos diferentes universos dos quais ele faz parte.

Como por exemplo, o autor pontua algumas mudanças na vida da pessoa que podem alterar a sua identidade, assim como sua história de vida. São elas: institucionalização de mudanças (casamento, etc.) e acidentes pessoais (crises, fracassos, etc.), esta última com ênfase na despersonalização e iniciação, que pode produzir mudanças duradouras e irreversíveis da identidade, ou seja, representações, atitudes e padrões.

Podemos entender que os indivíduos se engajam a partir de diversos fatores que envolvem o *habitus*, conceito de Pierre Bourdieu, mas trabalhado por Fillieule de outra forma. Dentro desta afirmação, somos levados a levantar a importância do capital. Bourdieu<sup>4</sup> acredita que as diferenças de classes determinam quem são os detentores do discurso e da representação, demonstrando a importância do capital escolar e cultural, além de outras diferenças da sociedade, como por exemplo ser homem ou mulher. O sociólogo questiona qual a origem dos indivíduos que se engajam, porém Fillieule amplia esta discussão, pois acredita que as respostas do autor não são satisfatórias para todas as ideias que esta pergunta coloca.

Klaus Eder<sup>5</sup> aponta que a classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais de dois modos: o primeiro é por ela determinar a ação coletiva, onde a cultura é reduzida e existe um tipo de ideologia que reproduz uma dada estrutura de classe. O segundo efeito, menos visível, é onde há uma referência à cultura, e esta deve ser a maior preocupação de quem estuda os movimentos sociais.

No caso da presente pesquisa, todos os entrevistados possuem trabalho, profissão e, apenas um deles não se formou no ensino superior, e não por falta de recursos<sup>6</sup>, mas por um acidente pessoal, e outros três tiveram influências diretas de pessoas relacionadas à universidade<sup>7</sup> para a entrada em suas carreiras militantes. Um dos entrevistados revelou que o grupo do qual fazia parte tinha preferência por militantes mais profissionalizados e entendidos de política, o que remete aos estudos de Lochard e Simonet<sup>8</sup>.

Durante o trabalho ficou clara a importância dos eventos biográficos para o engajamento da maioria dos entrevistados. Para isto, busquei entender o passado social com o objetivo de ver o que os levou a se interessar por política, para assim apresentar suas carreiras militantes. Por exemplo, dos cinco entrevistados, três possuem passado de militância em suas famílias, quatro foram altamente

influenciados pelo contexto político e as redes de relacionamento foram importantes para todos eles.

Podemos perceber que para entender a dimensão do engajamento é importante compreender as demais dimensões, como a familiar e a amorosa. Nesta perspectiva, os principais fatores analisados foram as trajetórias familiares, o itinerário escolar, as redes de relações e algumas informações, como profissão e origem geográfica. Neste mesmo sentido, Fillieule e Pudal<sup>9</sup> demonstram que para determinar os passos de uma carreira militante e o que levou um indivíduo a se engajar é importante analisar o contexto político e social e as oportunidades que este teve para se engajar.

Para Passy<sup>10</sup>, o funcionamento do processo para o engajamento individual é composto por duas etapas distintas. Primeiro, a detenção de certos capitais sociais e culturais e também a interação cultural, que traz a questão das redes de relacionamento, isto é, os laços sociais que os indivíduos possuem.

As análises propostas pelos autores franceses não excluem totalmente as ideias que foram apresentadas anteriormente por autores como John McCarthy, Doug McAdam e Charles Tilly, mas de alguma forma tentam responder a pontos que estas deixaram em aberto. Fillieule, por exemplo, propõe explicar a partir das histórias de vida dos indivíduos questões que já foram colocadas por outras teorias, pensando no indivíduo como ponto de análise.

Tilly, que fixou um consagrado vocabulário nos estudos dos movimentos sociais, “que inclui conceitos como estrutura de oportunidades, organizações, recursos, repertórios de ação e ciclo de mobilização”<sup>11</sup>, é questionado pelos autores franceses por apresentar modelos muito fechados. Cécile Péchu<sup>12</sup> (2007) acredita que é mais importante compreender o que os indivíduos fazem do que categorizá-los em teorias prontas, já que há uma questão moral envolvida nas atitudes do ator. Em sua opinião, as teorias de Tilly não são suficientes para suprir esta posição moral, que é extremamente presente na pesquisa realizada com os membros do Núcleo Memória.

As formas de engajamento individual também foram tema de trabalho de autores norte-americanos. A influência dos laços de amizade ou familiares, por exemplo, foi trabalhada por Doug McAdam e Ronnelle Paulsen<sup>13</sup>. Para os autores, este fator não é suficiente para levar um indivíduo a se engajar. Eles acreditam que faltam informações que possam criar uma teoria específica sobre a relação entre laços sociais, que podem ser laços interpessoais ou a associação em organizações, e ingresso de indivíduos em movimentos.

Bert Klandermans e Dire Oegema<sup>14</sup> apresentam um trabalho no sentido de perceber as motivações e as barreiras que levam um indivíduo a participar de movimentos sociais. Os resultados mostraram a importância das redes informais, mais do que das formais, e que os incentivos ideológicos e sociais apareceram como principais motivações para fazer uma pessoa participar da manifestação estudada. Neste caso, conhecer outras pessoas que faziam parte da mobilização acabou sendo uma variável importante no processo de mobilização. Porém, os dois textos citados não dão conta de responder à questão principal do presente trabalho.

Para Thévenot<sup>15</sup>, o engajamento individual é um dos possíveis regimes de engajamento existentes. O autor acredita que as teorias dão mais importância aos atores do que às ações. São diversos os caminhos que levam um indivíduo a se engajar. Estudos demonstram que podem ser questões individuais ou políticas, diferentes modos de insatisfação, os relacionamentos, a identidade, e os motivos variam conforme a escola, norte-americana ou europeia, e têm variadas relações com

a política. Para ele, muitos pesquisadores ficam presos às suas próprias opiniões (ou às de determinadas escolas) sem conseguir ouvir as demais para criar algo mais consistente.

### **Memória: um campo de disputa**

A memória tem grande relação com a história e a política. Quem possui o poder de contar a história acaba por instituir a memória coletiva para atender aos seus objetivos e interesses. É um campo que se encontra em constante disputa. De um lado está a memória dominante e do outro as diversas memórias silenciadas, que lutam por espaço com o objetivo de não serem simplesmente esquecidas. Como afirma Paul Ricoeur, “ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro”<sup>16</sup>.

A memória oficial utiliza diversas formas para dominar a memória coletiva e, por consequência, comandar o esquecimento. No caso do regime militar no Brasil, a anistia<sup>17</sup> concedida pelo presidente Figueiredo colocou no mesmo patamar torturadores e torturados, concedendo a todos o perdão. Foi criada uma conciliação falsa, como se a partir da lei da anistia todas as feridas fossem cicatrizadas e o assunto já fosse parte do passado. Porém, como demonstra Barros, “aos torturadores, bem mais que aos torturados e ‘desaparecidos’, foi concedido perdão absoluto”<sup>18</sup>, e apenas um lado da história é beneficiado.

Neste caso, o interesse de trazer o período da ditadura militar para o esquecimento não é através da punição e da verdade, mas a partir das leis que tratam da anistia e a designam como um tipo de perdão. A anistia “toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido”<sup>19</sup>. Para Ricoeur, a lei da anistia funciona como uma forma de comandar a amnésia:

Se esta conseguisse ter êxito – e infelizmente nada se constitui em obstáculo à ultrapassagem da tênue linha de demarcação entre anistia e amnésia –, a memória privada e coletiva seria privada de salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e da sua carga traumática<sup>20</sup>.

Faz 48 anos que ocorreu o golpe militar, em abril de 1964. Depois de tanto tempo, Barros acredita que a memória que se seguiu a ele pode parecer apenas um amontoado de generais-presidentes que desfilam de forma impositiva pela história do Brasil:

Hoje, nos novos tempos autoritários em que vivemos, mais do que nunca ficaram nivelados, em nome da “conciliação”, as vítimas e os carrascos. Foram “esquecidos” os torturadores, e notórios políticos liberticidas continuam, tranquilamente, usufruindo das maravilhas do poder<sup>21</sup>.

Porém, há muito mais a se falar sobre esse período. Para aqueles que tiveram seus direitos violados, sofreram torturas ou tiveram familiares torturados, mortos ou desaparecidos a história deve ser contada de forma diferente. Suas vozes se opõem à

versão oficial. Para Jacy Seixas<sup>22</sup>, um primeiro efeito desta apropriação da memória pela memória oficial é sua extrema operacionalidade e produtividade:

[...] está na raiz de importantes movimentos identitários e de afirmação de novas subjetividades, de novas cidadanias. Responsável pelo resgate de experiências marginais ou historicamente traumáticas, localizadas fora das fronteiras ou na periferia da história oficial ou dominante. Responsável igualmente, por um debate historiográfico que teve como desdobramento o aparecimento de novas noções, como as de “memórias subterrâneas”, “lembranças dissidentes”, “memórias silenciadas”, mas não esquecidas, e outras que buscam dar conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos da memória<sup>22</sup>.

Saber a verdade não é importante apenas para aqueles que tiveram alguma ligação com esse passado. A formação da identidade do país, a consciência sobre a nossa história – tanto para que ela não volte a se repetir, como para garantir a possibilidade de um exame mais crítico sobre o nosso país – também estão em jogo quando falamos desta disputa pela memória.

Nos períodos posteriores a eventos traumáticos para uma sociedade, busca-se repensar esse passado. Para aqueles que tiveram suas memórias retraídas, é um momento de busca por justiça. As memórias buscam uma oportunidade de serem evidenciadas em diversos espaços da sociedade, como filmes, livros, músicas e trabalhos de instituições, como o Núcleo Memória.

Como aponta Pollak, quando as pessoas compartilham suas memórias individuais e contam suas histórias de vida, elas devem ser consideradas como “instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais<sup>23</sup>”. Desta forma, são importantes ferramentas para a construção da memória social.

### **Núcleo de Preservação da Memória Política**

Inicialmente, o Núcleo Memória surgiu como um grupo de trabalho fundado dentro do contexto de atividades do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, entidade fundada em 2001 para defender os interesses dos ex-prisioneiros políticos e perseguidos durante o governo militar, e se tornou uma instituição independente a partir de fevereiro de 2009, mesmo ano em que passou a ser o primeiro membro institucional brasileiro da Coalizão Internacional de Museus de Consciência em Lugares Históricos.

A ideia de transformar o Núcleo Memória em uma instituição independente nasceu da assistência fornecida por alguns membros do movimento à criação do Memorial da Resistência, em parceria com a Secretaria de Cultura de São Paulo e a Pinacoteca do Estado, quando foi transformado o prédio onde funcionou a sede do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em um importante museu sobre o passado político do país, que recebe cerca de cinco mil visitantes por mês.

Os principais trabalhos realizados pelo Núcleo são a organização de cursos e palestras para jovens e professores, a publicação de cartilhas sobre assuntos ligados à ditadura, a realização, desde 2008, dos Sábados Resistentes, uma ou duas vezes por

mês, no Memorial da Resistência, com lançamentos de vídeos, livros, peças, onde se focam assuntos do passado com projeção para o futuro. O principal objetivo é levantar a discussão sobre as mais diferentes memórias do período da ditadura, que foram silenciadas por uma dominante, trazendo discussões e buscando apresentar, principalmente aos jovens, este passado que muitos desconhecem.

Hoje, o Núcleo Memória possui cerca de 15 membros ativos, além daqueles que ajudam esporadicamente. Todos trabalham de forma voluntária, porém não necessitam ter gastos, pois o Núcleo recebe uma verba da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Futuramente, um dos objetivos do grupo é conseguir financiamento em projetos para financiar estudos de jovens sobre o regime autoritário.

Para um dos fundadores do Núcleo, os três últimos anos foram favoráveis para a discussão dos assuntos relacionados à memória do período ditatorial, devido a certas mudanças e a algumas pessoas-chave que levantaram a bandeira, como o ex-ministro Tarso Genro e a atual presidente do país, Dilma Rousseff, ex-militante e presa política. Atualmente, os assuntos relacionados à punição dos responsáveis pela ditadura, a abertura dos arquivos, entre outras questões, são favoráveis, como por exemplo pela instauração da Comissão da Verdade<sup>24</sup> e o início de um questionamento popular mais efetivo<sup>25</sup>. Para o entrevistado, há também um interesse político do Brasil em resolver esta questão. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à OEA, por exemplo, está questionando o governo brasileiro acerca da impunidade dos responsáveis pelas violências praticadas durante a ditadura e, além disso, o país tem interesse em conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e está sendo mundialmente observado. Por coincidência ou não, foi bem neste contexto que o Núcleo firmou as suas atividades.

Dos cinco membros entrevistados para a pesquisa, é importante ressaltar que os três fundadores foram militantes durante a ditadura militar, em diferentes organizações, quando foram presos e torturados. São de cidades diferentes e se conheceram na prisão. Por se tratar de um governo autoritário, o contexto político já era inevitavelmente favorável ao engajamento. Dos dois personagens que entraram para o Núcleo no decorrer de sua existência, um nasceu um pouco antes do golpe e possui uma família com histórico de militância e o outro não tem esta relação, sendo a entrevista com a história de vida mais diferente de todo o grupo.

Para tentar demonstrar a importância da história de vida para o engajamento individual, neste caso, na luta por uma memória do passado, apresentarei a seguir um resumo dos levantamentos feitos durante as entrevistas realizadas com os membros do Núcleo de Preservação da Memória Política.

### *Contexto político e capital escolar*

A., 62, nasceu no Egito e veio para o Brasil aos 6 anos, onde foi naturalizado provisoriamente. Seu pai era contador e sua mãe balconista e, para ele, principalmente por serem estrangeiros, não estavam muito ligados às questões políticas no Brasil. Iniciou sua carreira militante no movimento estudantil secundarista, aos 16 anos, em 1965. O entrevistado acredita que o contexto político no qual se encontrava o Brasil era propício para levar os jovens a buscar uma conscientização do que estava acontecendo no país. No curso pré-vestibular, ele e alguns amigos foram influenciados por professores a participar da Ação Libertadora Nacional (ALN), no começo de 1968. Em seguida, começou a cursar jornalismo e a

fazer parte do setor de apoio aos militantes, ficando na legalidade e ajudando aqueles que estavam na clandestinidade.

Foi preso em março de 1970 pela Operação Bandeirantes (Oban), que mais tarde se tornou o DOI-CODI, em uma emboscada, e foi levado para a parte clandestina da Oban, na Rua Tutoia, onde ficou 27 dias “desaparecido” e depois teve seu processo legal, ficando preso por quatro anos. Ao sair da prisão, por não ser naturalizado brasileiro oficialmente<sup>26</sup>, foi expulso do país e acabou indo para Israel.

Retornou para o Brasil em 1980, devido à lei da anistia<sup>27</sup>, com uma situação diferente, pois já se encontrava casado e com um filho pequeno, e como não tinha profissão, pois não terminou os estudos devido à prisão, conseguiu trabalho como administrador em uma empresa internacional, pela qual morou fora de 1984 a 2004, não se filiando a mais nenhum movimento nem partido político. Em 2006, após se aposentar, voltou a militar pelos direitos humanos, participou do Fórum de Ex-Presos Políticos e depois foi um dos responsáveis pela fundação do Núcleo Memória.

### *Trajetória familiar*

V., 56, é natural de Porto Alegre, e, como ele mesmo diz, nasceu na luta e respira política desde a maternidade. Com seus pais atrás de emprego, morou com a família no Rio de Janeiro, de 1960 a 1964, voltou para a capital gaúcha e depois mudou para São Paulo, em 1969. Sua família toda era engajada e seus pais possuíam um passado de militância desde a juventude. Seu pai era mecânico e sua mãe professora primária, e ambos lutavam pela libertação da classe operária. Foram militantes do Partido Comunista até a década de 1950, depois fizeram parte de um movimento contra a ditadura no Rio Grande do Sul, até entrarem no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Foi preso em 1971 pela Oban, aos 16 anos, junto com seu pai. Sua mãe e suas irmãs haviam sido presas na noite anterior e ficaram um ano e meio na prisão. Depois de preso, dentro do camburão a caminho do local para o qual seria transferido, viu num bar um exemplar da *Folha da Tarde* anunciando a morte de seu pai, que até o momento estava vivo, pois o encontrou logo depois. Seu pai foi assassinado pelos militares no dia seguinte. Como era menor de idade, ficou por um período “desaparecido” e depois de três anos foi enviado para o juizado de menores, de onde foi encaminhado para uma prisão hospício, sendo o único preso político do local. No total, passou quase seis anos em detenção.

Não tem nenhuma militância partidária, por mais que tenha ajudado a fundar o PT, prefere ter “liberdade”. É jornalista e não esquece a participação de grandes veículos de comunicação na ditadura, que atuam até hoje. Atualmente, faz parte da Associação de Familiares de Mortos e Desaparecidos, além do Fórum de Ex-Presos Políticos. Ajudou a fundar o Núcleo para a preservação da memória, não com a ideia de museu, mas com a visão de retratar e preservar as lutas do povo brasileiro por democracia e por justiça, visando principalmente a informação.

### *Redes de relacionamento*

L., 65, nasceu na Bahia, em Salvador, e foi radicado em São Paulo. Seu pai era comerciante e sua mãe depois que casou deixou de trabalhar. Sobre sua entrada na militância, L. acredita que, com a renúncia de Jânio Quadros, o contexto político

facilitava o engajamento: “a política invadia todos os espaços”, além do importante momento cultural em que se encontrava Salvador.

Foi para São Paulo em 1961 e participou do movimento estudantil até 1966, quando se formou em Jornalismo. Entrou para a Organização Sindical dos Jornalistas e, dentro da universidade, a partir de uma aproximação com pessoas que eram do PCdoB, e que já estavam um pouco descontentes com o partido, entrou para o Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, mais voltado para a luta armada.

Foi preso em agosto de 1969 e foi solto em 1974. Acredita que a ditadura foi civil-militar<sup>28</sup>, já que haviam militares e civis para todos os lados. Vê a ditadura como um luta de classes em que de um lado estavam os donos do capital e de outro o povo, isto é, explorados e oprimidos em geral.

Continuou na militância logo depois que foi solto. O entrevistado conta que nunca perdeu contato com a organização, mesmo quando preso. Foi um dos fundadores do PT, onde manteve o cargo de vice-presidente do partido, em São Paulo da sua fundação até 1983, e até hoje é filiado, mas não participa mais das discussões internas do partido. Foi convidado a ajudar na realização do Memorial da Resistência e a criar o Núcleo, no qual milita até os dias de hoje.

#### *Carreira militante*

N., 51, nasceu na cidade de São Paulo, é professora de história, com graduação e pós-graduação na área, e dá aulas para o ensino médio. A história de sua família tem a ver com a militância política, desde os bisavôs. Toda geração da família materna lutou contra a ditadura de Vargas pelo Partido Comunista. Sua mãe conheceu o seu pai dentro do partido e suas tias também se casaram com militantes desse partido, “o partido comunista para a minha família foi uma agência de casamento”.

Ela tinha quatro anos em 1964, mas a sua geração familiar militou contra a ditadura e ela cresceu nesse contexto. Decidiu fazer história por uma questão política, começou a conhecer e a se interessar por alguns grupos e foi apresentada ao seu ex-marido dentro da militância. Participou do Partido Comunista e depois migrou para a Convergência Socialista, através de sua irmã, que já militava na organização. Depois do fim da ditadura acabou não militando mais, devido a razões pessoais.

A partir da morte dos pais, em 2009, resolveu voltar e militar a favor da abertura dos arquivos. O seu irmão fazia parte do Núcleo Memória e a convidou para participar de um sábado resistente e, como ela tem afinidades com este assunto, passou a fazer parte do grupo em 2010. Não participa de nenhum partido, tendo preferência pela militância em grupos.

#### *Interesse pela causa*

C., 31, nasceu em Valinhos, interior de São Paulo. É graduada em Direito e tem especialização em Direito Constitucional. Começou a frequentar o Memorial da Resistência e os Sábados Resistentes, organizados pelo Núcleo, onde conheceu os fundadores, que a convidaram para ser um membro do movimento, em 2010. Seu interesse pelo tema começou em 2008, principalmente a partir das informações divulgadas em jornais sobre a ação de famílias de mortos e desaparecidos políticos contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>29</sup>.

Neste mesmo ano, iniciou sua especialização e resolveu ter como tema de pesquisa a lei da anistia e, mesmo depois de finalizar sua monografia, continuou a



estudar o tema e a se envolver cada vez mais. Acredita que o assunto é importante porque os brasileiros devem saber o que aconteceu no país, e também porque é de extrema importância para os familiares de desaparecidos políticos, que têm o direito de mais informações sobre o que ocorreu realmente .

Seu pai é escrevente e sua mãe é dona de casa. É solteira e sua família não tem nenhuma relação com política. C. não faz parte de nenhum partido político e nunca havia se engajado em nenhum movimento anteriormente; seu interesse por direitos humanos começou na faculdade. Hoje trabalha numa ONG de direitos humanos, em Campinas, São Paulo, onde realiza pesquisas voltadas para o tema.

### **Considerações finais**

Como já citado anteriormente, o contexto político foi favorável para a transformação do Núcleo da Resistência em uma entidade independente, principalmente a partir da fundação do Memorial da Resistência, e é uma importante questão para entender a criação do movimento.

A partir das teorias apresentadas sobre engajamento individual no decorrer do trabalho, podemos perceber em todas as entrevistas, a partir de suas histórias de vida, fatores que motivaram essas pessoas ao engajamento. O interesse em lutar por uma memória do passado dos três primeiros entrevistados, fundadores do núcleo, é evidente após entender a participação que tiveram no período da ditadura. Nesses casos, o mais interessante é notar o que os levou a entrar na militância ainda na juventude e como este perfil os fez continuar lutando por justiça tantos anos depois. Há aí dois pontos relevantes, pois para Tarrow<sup>30</sup> “há aspectos dos estados repressivos que encorajam algumas formas de confronto, enquanto algumas características dos representativos tornam os movimentos mais brandos”, principalmente pelo interesse do governo em manter o controle social.

No primeiro caso, percebemos que as redes de relacionamento e o contexto político foram determinantes para o engajamento, assim como também a mudança para São Paulo, situação que também encontramos em outros entrevistados. Neste exemplo também é importante demonstrar que eventos biográficos: primeiro, o trabalho, e depois, seu casamento e o nascimento de seu filho, o levaram a se afastar da militância, que retomou após se aposentar e ter contato com pessoas que participavam do Fórum de Ex-Presos Políticos de São Paulo.

No segundo exemplo, temos um caso claro de carreira militante desde a infância. Devido ao engajamento de seus pais, à sua prisão ainda menor de idade e ao assassinato do pai pela ditadura, sua vida sempre esteve de alguma forma ligada à militância. O contexto político é um dos principais motivos que levaram o terceiro caso ao engajamento, além das relações durante a vida escolar até a universidade, onde teve contato com pessoas ligadas a partidos. E, além de lutar pela memória do período ditatorial, traz essa luta para a sua profissão, o jornalismo, que tem determinadas afinidades com a política. Aliás, é importante perceber que os três fundadores do Núcleo optaram por cursar jornalismo na universidade.

A quarta entrevista apresenta uma pessoa que possui uma família com grande trajetória militante. Em todas as causas em que se engajou sofreu a influência de algum membro da família, casou na militância e, durante a sua vida, fez diversas escolhas baseada na militância. E foi também por motivos familiares e pessoais que se

afastou da militância. Hoje, por ser historiadora e pelo seu passado, luta, através do núcleo e das salas de aula, para evidenciar uma memória que julga importante.

O último caso é o mais diferente. O indivíduo não possui influências familiares e não tem um passado de militância, mas o capital escolar forneceu os subsídios para seu interesse no tema, e a criação do Memorial da Resistência, a participação em eventos realizados pelo Núcleo, o fizeram conhecer os fundadores, o que o levou a militar pela causa.

Para Passy<sup>31</sup>, os movimentos sociais atuais são favoráveis para levar à militância pessoas que tomam para si a luta de certa classe de indivíduos, o que ela denomina de movimentos de solidariedade. O indivíduo que se engaja está dentro de um contexto social e político que lhe permite ver questões do mundo moderno que o influenciem à militância, não sendo mais uma questão apenas individual.

Poderíamos analisar o engajamento dos militantes do Núcleo Memória a partir da teoria dos novos movimentos sociais, por exemplo, buscando entender, como propõe McAdam, McCarthy e Zald<sup>32</sup>, as oportunidades políticas, as estruturas de mobilização e os quadros de interpretação, que não são individuais, mais coletivos, o que apresentaria resultados menos satisfatórios, já que o Núcleo possui determinadas características que não se enquadram nestas análises. Porém, como explica Sawicki<sup>33</sup>, as pesquisas que visam entender o engajamento oscilam entre dois pontos de vista: um que visa as estruturas sociais e organizacionais e outro que busca compreender as trajetórias e carreias individuais, mas, em determinados casos, é possível unir as teorias e, muitas vezes, moldá-las para o objeto de pesquisa, visando o melhor resultado do trabalho.

Neste sentido, é importante perceber que tanto as teorias norte-americanas quanto as francesas estão relacionadas às realidades da região de onde foram produzidas e muitas vezes não respondem a questões ligadas à realidade dos países latino-americanos, por exemplo. Devido ao contexto dos países latino-americanos e aos momentos políticos em que viveram, como demonstrado por Goirand<sup>34</sup>, alguns autores já começaram a questionar se os modelos existentes são suficientes para explicar os movimentos sociais desta parte da América, como por exemplo, Maria da Glória Gohn, que fala de um “paradigma latino-americano”, oposto ao modelo norte-americano de mobilização de recursos. Algumas outras questões também não receberam a atenção que deviam, como a instabilidade, a fragmentação e a heterogeneidade dos movimentos latino-americanos não terem sido observadas em termos de recursos, modos de ação ou oportunidades, sempre sendo vistas como uma “falha” da formação dos movimentos.

#### Notas:

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido a partir do trabalho apresentado na disciplina “Engajamento, militância e participação política”, do Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Antropologia (NPPA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

<sup>2</sup> Jornalista e mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe – [danielledenoronha@gmail.com](mailto:danielledenoronha@gmail.com)

<sup>3</sup> FILLIEULE, Olivier. *Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel*. França: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2001.

- <sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 317-433.
- <sup>5</sup> EDER, Klaus. A classe social tem importância nos estudos dos movimentos sociais? *RBCS*, v.1. 16, 2001, p. 5-17.
- <sup>6</sup> Em nenhum dos entrevistados foi notado grande acúmulo de capital, mas condições básicas de seus familiares e, em alguns casos, do próprio trabalho, que possibilitavam a oportunidade de estudar em universidades conceituadas.
- <sup>7</sup> É importante ressaltar que o movimento estudantil foi um importante meio de ativismo contra a ditadura militar e foi a porta de entrada de parte dos entrevistados à militância. Segundo Mische, ele foi “brutalmente esmagado em 1968 com a prisão, perseguição, morte ou exílio da maior parte das lideranças, muitas das quais entraram em grupos clandestinos de resistência armada durante os anos 70”. In: MISCHÉ, Ann. De estudantes a cidadãos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, 1997, p. 135.
- <sup>8</sup> LOCHARD, Yves; SIMONET, Maud. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnels. In: DEMAZIÈRE, D. & GADÉA, C. *Sociologie de groupes professionnels*. Paris: La Découverte, 2009, p. 274-284.
- <sup>9</sup> FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du militantisme. Pronlématizations et déplacement des méthodes d’enquête. In: FILLIEULLE, Oliver; AGRICOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle (Dir.). *Penser les mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 2010, p. 163-184.
- <sup>10</sup> PASSY, Florence. *L’action Altruiste: Coontraintes et opportunités de l’engagement dans les mouvements sociaux*. Genève: Librairie Droz S.A., 1998.
- <sup>11</sup> SEIDL, Ernesto. (Re)pensar os movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n 75, 2011, p. 178.
- <sup>12</sup> PÉCHU, Cécile. Laissez parler les objets. In: *L’atelier du politiste*. Paris, La Découverte, 2007, p. 59-78.
- <sup>13</sup> McADAM, Doug, PAULSEN, Ronnelle. *Specifying the relationship between social ties and activism*. The University of Chicago, 1993.
- <sup>14</sup> KLANDERMANS, Bert, OEGEMA, Dirk. Potentials, networks, motivations, and barriers: steps toward participation in social movements. *American Sociological Review*, 1987.
- <sup>15</sup> THÉVENOT, Laurent. Faire entendre une voix. Régimes d’engagement dans les mouvements sociaux, *Mouvements* n. 3, mars-avril 1999.
- <sup>16</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 459.
- <sup>17</sup> O Art. 1º da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, promulgada pelo presidente João Figueiredo, declara: “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”.
- <sup>18</sup> BARROS, Edgar Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Editora Contexto, 1994, p. 98.
- <sup>19</sup> RICOEUR, Paul. Op. cit., p. 460.
- <sup>20</sup> RICOEUR, Paul. Op. cit., p. 462.
- <sup>21</sup> BARROS, Edgar Luiz de. Op. cit., p. 11.
- <sup>22</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de histórias: problemáticas atuais. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 43. <sup>23</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1989, p. 14.
- <sup>24</sup> Diferente de outros países da América Latina que tiveram ditaduras militares, como a Argentina, que estão mais adiantados no processo de revelar memórias oprimidas no período, só agora o Brasil começou a dar passos mais efetivos para esclarecer os diversos abusos em relação aos direitos humanos que aconteceram no governo militar, com a criação da Comissão Nacional da Verdade. Sancionada em novembro de 2011 pela presidente Dilma Rousseff, o objetivo da comissão é “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. Para Dilma, “o silêncio e o esquecimento são sempre uma grande ameaça. Não podemos deixar que no Brasil a verdade se corrompa com o silêncio”. Ainda sobre a comissão, que a princípio tem o prazo de dois anos para concluir o seu relatório, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, garante que a comissão vai investigar “a responsabilidade dos militares e servidores públicos, civis e até empresários em organizações não governamentais que, à época, participaram de atos perversos da ditadura”. Quando ouvimos “investigar a responsabilidade”, num primeiro momento, não se trata de aplicar punições, mas de conquistar o direito de saber a verdade. Neste caso, a punição é moral. Saber a

verdade significa não concordar com a falsa “conciliação” acometida com a lei da anistia e o silêncio comandado pela memória oficial.

<sup>25</sup> A importância da participação popular na cobrança por respostas aos crimes cometidos pelo governo militar fica cada vez mais evidente. A princípio, poucos grupos cobravam respostas, mas a partir do aumento das discussões sobre o tema, principalmente após a implementação da comissão da verdade, houve um considerável aumento de manifestações e grupos a favor da abertura dos arquivos e do direito à verdade. A internet e as redes sociais se tornaram importantes ferramentas na disseminação de informações referentes ao período.

<sup>26</sup> Segundo o entrevistado, os menores de idade que vinham para o Brasil ganhavam a naturalização temporariamente até completarem 21 anos, quando deveriam buscar pelo documento definitivo. No caso do entrevistado, ele estava preso e não obtinha este documento, ficando sem nacionalidade.

<sup>27</sup> Criada durante a ditadura militar no país, em 1979, a lei da anistia concede perdão aos crimes políticos cometidos no período do regime militar, não fazendo distinção entre torturadores e militantes contrários ao governo autoritário.

<sup>28</sup> Alguns historiadores acreditam que o correto é chamar a ditadura que ocorreu no país de civil-militar, já que havia grande apoio de diversos empresários que financiavam o golpe, como por exemplo Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás.

<sup>29</sup> Entre 1969 e 1973, Ustra foi responsável por comandar um dos principais centros de tortura do período da ditadura, o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo.

<sup>30</sup> TARROW, Sidney. *Do confronto aos movimentos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 110.

<sup>31</sup> PASSY, Florence. Op. cit.

<sup>32</sup> McADAM, Doug, McCARTHY, John D., ZALD, Mayer N. *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge/New York: Cambridge University, 1996.

<sup>33</sup> SAWICKI, Fédéric. *Les temps de l'engagement: à propôs de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement*. Paris: Belin, 2004.

<sup>34</sup> GOIRAND, Camille. *Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada*. *Est. Hist.*: Rio de Janeiro, vl. 22, n. 44, 2009, p. 323-354.

---